

42 
PSD
CONGRESSO
BRAGA | 19 A 20 OUTUBRO 2024

PROPOSTA TEMÁTICA



UNIR, MUDAR, ACREDITAR POR PORTUGAL

1º SUBSCRITOR:

CPN/TSD



UNIR, MUDAR, ACREDITAR

POR PORTUGAL

Proposta Temática
do Secretariado Nacional dos TSD
ao 42º Congresso Nacional do PSD

Primeiro Subscritor: *Pedro Roque Oliveira*

ÍNDICE

I PSD – UNIR PARA LIDERAR PORTUGAL.....	4
1. SAUDAÇÃO A LUÍS MONTENEGRO	4
2. UMA SITUAÇÃO INTERNACIONAL IMPREVISÍVEL - UM GOVERNO À ALTURA DOS DESAFIOS	5
II PORTUGAL E O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA	6
1. PSD – UM GRANDE PARTIDO DE PORTUGAL, DA SOCIEDADE E DOS TRABALHADORES	6
2. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO PSD NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS LABORAIS	7
III ECONOMIA SOCIEDADE E TRABALHO	9
1. MAIS DESENVOLVIMENTO COMO GARANTIA DE INCREMENTO SOCIAL.....	9
2. VALORIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS. APROFUNDAR O ESTADO SOCIAL	9
3. A RELEVÂNCIA DO SINDICALISMO DE BASE DEMOCRÁTICA	10
4. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS TSD NA CENTRAL SINDICAL DEMOCRÁTICA UGT	11
5. A IMPORTÂNCIA DE ESTABILIDADE NA LEGISLAÇÃO LABORAL	11
6. A CONCERTAÇÃO SOCIAL COMO PILAR ESTRUTURAL DO DIÁLOGO	12
7. OS DESAFIOS DA COMPETITIVIDADE, CONFLITOS MILITARES E AS RESPOSTAS EUROPEIAS	13
IV SUSTENTABILIDADE DO MODELO ECONÓMICO E O FUTURO DO TRABALHO....	15
1. COMPETITIVIDADE EUROPEIA E GERAÇÃO DE EMPREGO DE QUALIDADE.....	15
2. A GLOBALIZAÇÃO E MIGRAÇÕES.....	16
3. EFEITOS DA DIGITALIZAÇÃO E DA IA - VANTAGENS E DESVANTAGENS.....	17
4. IMPACTO DAS NOVAS FORMAS DE TRABALHO NO FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL	18
5. PROFISSÕES EM RISCO E NOVOS EMPREGOS.....	19
6. IA - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – NOVO PARADIGMA OU SALTO NO DESCONHECIDO	19
V CONCLUSÕES E PROPOSTAS	21

I

PSD – UNIR PARA LIDERAR PORTUGAL

1. SAUDAÇÃO A LUÍS MONTENEGRO

A legislatura anterior conheceu um final abrupto em virtude da demissão do primeiro-ministro após um incidente judicial inesperado e esdrúxulo. Ela foi, de resto, uma legislatura atípica, não só em virtude do seu encurtamento, mas também pelo facto de Governo e Partido Socialista, apesar da maioria absoluta que dispunham, terem sido incapazes de evitar sucessivos erros de governação e o surgimento permanente dos mais diversos escândalos éticos e judiciais.

Chamados a pronunciarem-se em eleições antecipadas, no passado dia 10 de março, os portugueses deram a vitória à coligação **AD – Aliança Democrática**. Deste modo o líder do PSD tornou-se primeiro-ministro liderando o XXIV Governo Constitucional. Esta vitória é especialmente relevante pelo facto de acontecer numa conjuntura em que o habitual bipartidismo foi posto em causa com a subida relevante da representatividade parlamentar de um terceiro ator partidário oriundo da extrema-direita.

Ainda assim o **PSD**, liderando a **AD**, conseguiu através da sua coesão interna resultante da liderança de Luís Montenegro ganhar a confiança dos eleitores e estar à frente do Governo de Portugal.

Também nas eleições internas diretas do passado dia 6 de setembro, Luís Montenegro foi reeleito para novo mandato. Os **TSD – Trabalhadores Social Democratas**, cientes da confiança manifestada pelos militantes, saúdam o presidente reeleito reiterando disponibilidade e vontade de, a seu lado, continuarem a contribuir para unir o Partido após o presente Congresso para o importante trabalho do PSD à frente da governação de Portugal.

Os **TSD** continuarão a representar solidária e entusiasticamente, enquanto estrutura autónoma, a voz do Partido, dos seus ideais de justiça social, progresso e modelo de democracia no mundo do trabalho, no movimento sindical, mas também os valores e anseios dos trabalhadores no seio do **PSD**.

2. UMA SITUAÇÃO INTERNACIONAL IMPREVISÍVEL - UM GOVERNO À ALTURA DOS DESAFIOS

A conjuntura política internacional segue fortemente instável e preocupante. A

geopolítica insiste em ditar as suas leis com a continuação da agressão militar injustificada da Federação Russa a um país soberano, ao arrepio do direito internacional e da Carta das Nações Unidas. A agressão de que a Ucrânia está a ser alvo, desde o dia 24 de fevereiro de 2022 e a que os ucranianos têm vindo a fazer frente de modo heroico, próprio de quem luta do lado da razão, constitui a maior crise militar e humanitária desde o final da segunda guerra mundial

Para além do potencial para remodelar a paisagem geopolítica europeia, esta agressão inqualificável constitui um pesadelo para a segurança de toda a humanidade. Paralelamente representa um colossal sofrimento humanitário e configura múltiplos e intoleráveis crimes de guerra que não podem passar impunes.

A esta grave crise securitária veio juntar-se o reacender violento do conflito sempre latente no Médio Oriente. Os horríveis incidentes terroristas do dia 7 de outubro de 2023 em que o Hamas e outros grupos paramilitares lançaram incursões armadas coordenadas da Faixa de Gaza para o sul de Israel, além de múltiplos ataques com rockets, resultaram lamentavelmente num número elevado de vítimas civis e na tomada de centenas de reféns (muitos ainda não libertados). A reação das Forças de Defesa de Israel através da incursão, ainda em curso, na Faixa de Gaza foi de forte dimensão o que levanta igualmente interrogações a nível internacional sobre a sua proporcionalidade e o sobre o número muito elevado de vítimas civis colaterais que tem provocado.

A situação internacional é assim de forte volatilidade. Tal reflete-se, inevitavelmente, na conjuntura nacional pelo que se torna importante que o Governo siga assumindo uma postura assertiva, em coordenação com os nossos parceiros e aliados, não só face à questão securitária, mas também perante as consequências de natureza económica que podem daí resultar.

II

PORTUGAL E O PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

1. PSD – UM GRANDE PARTIDO DE PORTUGAL, DA SOCIEDADE E DOS TRABALHADORES

Desde a sua fundação, o **PSD** tem-se apresentado como um partido de carácter interclassista, comprometido com a representação de todos os cidadãos portugueses. O seu ideário, fundamentado em princípios e valores perenes, tem acompanhado a evolução da sociedade, demonstrando a capacidade do partido de se adaptar às novas demandas e desafios.

O **PSD**, além de se constituir como uma força política abrangente, tem uma forte identidade também como *partido de trabalhadores*. Num país onde o trabalho desempenha um papel fundamental, é natural que o **PSD** encontre no apoio da classe trabalhadora um dos pilares de sua sustentação política.

Os **TSD - Trabalhadores Social-Democratas** constituem um pilar fundamental na estrutura do **PSD**, representando a voz dos trabalhadores dentro do partido. A existência dos **TSD** é uma consequência natural da nossa ideologia, que valoriza o trabalho, o progresso económico e a justiça social, e da nossa profunda ligação com a sociedade portuguesa

Também ao nível do movimento sindical a sua influência se faz sentir através de um conjunto vasto de associados e dirigentes sindicais que perfilham estes valores. São, precisamente, os **TSD** que projetam o **PSD** nesta realidade social tão importante.

Os **TSD** visam, assim, contribuir para a construção de uma sociedade orientada pela *Social-Democracia*, pugnando pelo cumprimento dos princípios programáticos do **PSD** na área laboral e na defesa da independência e autonomia das associações sindicais. Como consequência têm uma presença nuclear na UGT – União Geral de Trabalhadores, na USI – União dos Sindicatos Independentes e no movimento sindical independente em geral.

Mas este é também um caminho de duplo sentido. Se representamos o **PSD** junto do mundo laboral e do movimento sindical então, por maioria de razão, também representamos o mundo do trabalho, o seu sentir, anseios e necessidades no seio do Partido.

Consequentemente, os **TSD** entendem que os grandes valores do Trabalho, da justiça

social, da negociação, do diálogo social e do efetivo combate à pobreza, não podem ser ignorados ou sacrificados num qualquer altar da tecnocracia macroeconómica ou da insensibilidade social.

O Trabalho é a base da nossa sociedade. É nele que reside o rendimento da maioria das famílias e a base da sua própria qualidade de vida. Do mesmo modo, sem trabalhadores não há empresas nem economia.

2. O PAPEL INCONTORNÁVEL DO PSD NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS LABORAIS

Após ter liderado o país com sucesso durante a crise financeira de 2011 e até 2015 e de, posteriormente, ter exercido uma oposição responsável, o **Partido Social Democrata** reafirma seu compromisso com os princípios da social-democracia. Ao defender um modelo económico que combine a eficiência do mercado com a coesão social, o **PSD** posiciona-se como a força política capaz de construir um futuro mais próspero e justo para todos os portugueses.

Presentemente e no pouco tempo de governação volvido desde as eleições legislativas o PSD, à frente do Governo, tem sabido dar a resposta adequada aos principais problemas que do ponto de vista laboral criavam divisões, insatisfação e sentimentos de injustiça entre múltiplos grupos profissionais. Foi assim com os professores ou os agentes das forças e serviços de segurança, por exemplo.

Os **TSD** não podem deixar de se congratular com a recente ultrapassagem de conflitualidades laborais que persistiam, em alguns casos, há muitos anos e orgulham-se de, através da sua participação no movimento sindical democrático, terem contribuído à mesa das negociações, para a obtenção de acordos históricos.

A nossa visão é a de que as propostas políticas do PSD devem estar alinhadas com o princípio da ***Economia Social de Mercado***. Acreditamos que a criação de riqueza é um pré-requisito para a implementação de políticas redistributivas eficazes e duradouras. A instrumentalidade da economia deve ser valorizada, pois é através dela que podemos construir uma sociedade mais justa e equitativa."

De igual modo é fácil de entender que a uma economia débil corresponderá um Estado Social incosequente. Assegurar a sustentabilidade económica constitui a marca identitária do **PSD** e que é ideológica e pragmaticamente diferenciadora relativamente ao Partido Socialista.

Em suma, a visão social-democrata do **PSD** em Portugal assenta na perceção nítida que o interesse coletivo passa por assegurar as condições de sustentabilidade do crescimento económico para que a redistribuição da riqueza e a manutenção do Estado

Social seja sustentável.

Por isso o **PSD** é um grande partido do Centro Político.

III

ECONOMIA, SOCIEDADE E TRABALHO

1. MAIS DESENVOLVIMENTO COMO GARANTIA DE INCREMENTO SOCIAL

Com o resultado das últimas eleições legislativas, Portugal expressou a sua confiança no **PSD** enquanto Partido responsável para liderar os desafios da governação. Os **TSD** entendem que estes devem ser conducentes à melhoria dos rendimentos dos trabalhadores, redução da pobreza e combate às desigualdades. A valorização do salário mínimo é importante para assegurar a recuperação e melhoria do poder de compra e para a redução da pobreza. Todavia verifica-se que, apesar do seu aumento substantivo nos últimos anos, o salário médio não subiu gerando situações de esmagamento salarial com as consequentes situações de injustiça, descontentamento e desmotivação laboral. Urge contribuir para ultrapassar esta situação.

Por isso é tão importante criar as condições para o crescimento económico.

Embora reconheçamos a importância do **Estado Social** como conquista civilizacional, as nossas divergências com o PS residem na forma de garantir sua sustentabilidade no longo prazo. Enquanto o **PSD** defende que a criação de riqueza é o pilar fundamental para a manutenção de um **Estado Social** robusto, outras forças políticas tendem a priorizar a expansão dos serviços sem considerar os desafios da sustentabilidade financeira.

As provas desta evidência foram por demais claras no passado recente quando, em 2011, um Governo socialista, por não cuidar da *coisa pública*, levou a que Portugal necessitasse de mais um humilhante resgate financeiro internacional e visse as suas políticas sociais serem inevitavelmente afetadas.

2. VALORIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS, APROFUNDAR O ESTADO SOCIAL

O desinvestimento a que a Administração Pública e os Serviços Públicos foram sujeitos ao longo dos anos e o encerramento de serviços públicos em sectores fundamentais como a Educação, a Saúde, a Justiça, a administração tributária ou os serviços postais, têm contribuído para um crescente afastamento do Estado face aos cidadãos e aos territórios. Mas também em sentido contrário, pondo em causa os pilares estruturantes do nosso Estado Social e da nossa democracia. Saudamos assim os passos que estão a ser dados na inversão deste estado de coisas.

De igual modo, é absolutamente imprescindível que se recupere o nível de investimento público nos próximos tempos, depois de vários anos de desinvestimento

com as consequências graves que todos conhecemos.

É essencial investir nos serviços públicos e nos seus recursos humanos, assegurando aumento de salários para todos os trabalhadores, revisão das carreiras e progressões e um sistema de avaliação justo.

3. A RELEVÂNCIA DO SINDICALISMO DE BASE DEMOCRÁTICA

Os Sindicatos representam os interesses dos seus associados em particular e dos trabalhadores em geral. Têm a responsabilidade e a necessidade de se pronunciarem sobre todas as alterações às cláusulas contratuais, as condições de trabalho e à legislação do trabalho. Esta é a exata medida da relevância social das organizações sindicais.

O objetivo do movimento sindical de melhorar as condições de vida dos trabalhadores tem muito em comum com o da ***social-democracia***, que o assume em todas as suas dimensões para o conjunto dos cidadãos. É um objetivo exigente que obriga os dirigentes sindicais a tomar partido naquelas que são as decisões políticas mais relevantes da nossa sociedade e os convoca à análise dos problemas, à sua discussão com os trabalhadores e, conseqüentemente, a influir nas tomadas de decisão.

É isso que se espera dos dirigentes sindicais, especialmente dos *social-democratas*. Estes devem igualmente pautar a sua conduta no respeito pelo valor inalienável da independência sindical e dos princípios democráticos que norteiam a sociedade em geral.

Fala-se de um declínio da sindicalização. Este é, face ao exposto, um motivo de preocupação. Importa assim modernizar e capacitar os Sindicatos para recrutarem mais e melhores quadros, que possam dinamizar a atividade sindical e atuarem como um dos pilares da contratação coletiva.

Se estão em causa decisões que vão refletir-se negativamente na vida dos trabalhadores ou dos cidadãos, os Partidos devem promover e apreciar o empenhamento daqueles dirigentes na sua discussão, assumindo o resultado como um contributo para o aperfeiçoamento da democracia.

Consideramos assim que é fundamental para todos os trabalhadores participarem civicamente, seja na empresa, nas comissões de trabalhadores ou comissões sindicais, no sindicato, em associações diversas, na autarquia ou no Partido.

Do mesmo modo, o esforço negocial que se verificou e se verifica em diversos setores da Administração Pública e que já produziu resultados práticos na valorização de algumas carreiras importantes, é um modo de valorização dos sindicatos de base

democrática.

4. **A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS TSD NA CENTRAL SINDICAL DEMOCRÁTICA UGT**

A UGT constituiu-se em outubro de 1978 como uma resposta democrática à tentativa de hegemonia comunista do movimento sindical. Os sindicalistas ligados aos **PSD** e **PS** decidiram constituir uma nova central sindical que preservasse os princípios da liberdade de constituição de sindicatos e a sua independência relativamente a outros interesses que não fossem os da defesa intransigente dos seus associados, salvaguardando, todavia, o exercício do direito de tendência enquanto forma de expressão político-social.

Os **TSD** são assim parte constituinte e integrante desta Central Sindical. Orgulham-se do papel histórico da UGT e estão convictos da sua importância para a construção do quadro económico-social pós-pandémico em clima de diálogo social.

5. **A IMPORTÂNCIA DE ESTABILIDADE NA LEGISLAÇÃO LABORAL**

Em virtude da assinatura do *Memorando de Entendimento* com a Troika em 2011 (no âmbito do *Programa de Assistência Económica e Financeira* que resgatou Portugal) e, posteriormente, do *Compromisso Tripartido para a Competitividade e o Emprego* (assinado em sede de Concertação Social em janeiro de 2012), algumas alterações à legislação laboral foram efetuadas em nome da flexibilização e da harmonização legislativa face aos demais estados-membros da União Europeia e da OCDE.

O indicador mais comumente utilizado para avaliar a rigidez do mercado laboral é o *Employment Protection Legislation (EPL)*, um índice calculado pela OCDE que analisa os entraves legais à contratação e ao despedimento. Deste ponto de vista a legislação laboral portuguesa era comparativamente considerada como das mais rígidas. Assim, algumas das medidas em matéria laboral, constantes do *Memorando de Entendimento*, levaram precisamente em conta esta circunstância.

O *Compromisso* celebrado pelos Parceiros Sociais e o Governo em 2012 significou uma aceitação, por parte dos signatários, da necessidade de se empreenderem reformas estruturais que apostassem nos trabalhadores e na melhoria das suas qualificações, em novos processos, tecnologias e inovação. Este acordo foi bem a demonstração do papel insubstituível do diálogo social estruturado, mormente num contexto económico-social tão exigente. Em matéria de legislação laboral foram levados em conta os compromissos internacionais assumidos por Portugal no quadro do *Memorando de Entendimento* e a importância de aproximar a nossa legislação laboral dos padrões internacionais por forma a reforçar a competitividade da nossa economia e o emprego.

Convirá nunca esquecer que parte substantiva do sucesso de Portugal no seu processo de reestruturação e de superação da situação de *default*, comparativamente a outros países intervencionados, radicou no elevado sentido de responsabilidade histórica demonstrado pelos Parceiros Sociais e no resultado obtido neste *Compromisso Tripartido* que acarretando um grande sacrifício para todos os trabalhadores permitiu que Portugal fosse bem-sucedido na “saída limpa” no final do resgate financeiro.

Os **TSD** ao nível da UGT, e o **PSD** ao nível parlamentar, sempre defenderam que eventuais alterações à legislação laboral devem sempre respeitar entendimentos tripartidos, isto é, obtidos através do acordo dos Parceiros Sociais e do Governo.

Consequentemente os **TSD** entendem ser importante que o Código de Trabalho possa continuar a ser estável, equilibrado nas suas disposições e que os ajustes legislativos tenham em conta o interesse comum e obtenham obrigatoriamente o acordo das partes em sede de Concertação Social.

6. A CONCERTAÇÃO SOCIAL COMO PILAR ESTRUTURAL DO DIÁLOGO

A heterogeneidade da sociedade portuguesa, marcada pela emergência de novas formas de organização social, impõe a necessidade de adaptar os processos políticos, económicos e sociais. O diálogo estruturado e institucionalizado emerge como a ferramenta mais eficaz para integrar os novos atores e construir um consenso mais abrangente.

A consolidação da democracia transcende o ato eleitoral. A construção de sociedades mais justas e equitativas reclama um compromisso constante com os valores democráticos e a participação ativa de todos os cidadãos. A complexidade dos problemas contemporâneos exige a adoção de soluções multifacetadas, que envolvam a colaboração de diversos atores sociais.

A complexidade dos desafios contemporâneos exige assim a adoção de um método de trabalho assente no diálogo estruturado. A promoção do crescimento económico emerge como o objetivo estratégico primordial, capaz de garantir a sustentabilidade do Estado Social e o bem-estar da população. Nesse sentido, urge que todas as forças políticas, económicas e sociais se unam em torno de um projeto comum, capaz de mobilizar os recursos necessários para o desenvolvimento do país.

É neste contexto que o papel dos Parceiros Sociais em sede de Concertação Social e dos Partidos Políticos no Parlamento é determinante e incontornável. Os primeiros estabelecendo os equilíbrios necessários tendo em conta o interesse comum. Os segundos, sem abdicarem dos seus programas e da sua capacidade legislativa, conferida pelo voto popular, mas procurando plasmar a essência do acordado no texto

legal.

Os **TSD** lamentam a desvalorização fortíssima que, nos últimos anos, os Governos do Partido Socialista fizeram da Concertação Social e dos Parceiros numa tentativa de agradar aos Partidos à sua esquerda. Ideologicamente estes partidos radicam no princípio marxista da luta de classes que está nos antípodas da harmonização de interesses que o diálogo social proporciona.

Urge assim reparar os fortes danos infligidos à Concertação Social e à confiança que é necessária entre os Parceiros e o Governo.

7. OS DESAFIOS DA COMPETITIVIDADE, DOS CONFLITOS MILITARES E AS RESPOSTAS EUROPEIAS

Portugal é um dos Estados-membro da União Europeia e da Zona Euro. Embora com as suas particularidades, muitos dos seus problemas e desafios são comuns e merecem respostas concertadas ao nível europeu.

A situação pandémica e a quebra nas cadeias de distribuição vieram colocar problemas económicos graves em muitas economias dos Estados-membro da União Europeia, mormente aqueles com uma forte dependência estrutural da exportação de serviços, como é o caso de Portugal.

Foi assim muito importante a criação de um pacote financeiro europeu de recuperação e resiliência – **NextGenerationEU** (PRR em Portugal). Mais do que um mero plano de recuperação constitui-se numa oportunidade única de transformação estratégica das economias europeias e de criar oportunidades e empregos para a Europa onde queremos viver. Trata-se acima de tudo de uma visão consubstanciada num acordo para investir em conjunto mais de 800 mil milhões de euros.

A resposta unânime que a União Europeia tem dado na condenação da agressão e no apoio ao povo, ao Governo e às Forças Armadas da Ucrânia é bem o exemplo de como a Europa consegue vencer as suas divisões internas em nome de um objetivo comum.

É também primordial que todos cooperem no sentido de uma Europa forte, unida e multilateral, por oposição aos que professam nacionalismos vários e o isolacionismo europeu. Onde outros despertam invejas e semeiam ódios, devemos inspirar confiança e desenvolver o poder da solidariedade entre pessoas e entre países. Em vez de excluir, devemos orientar nossas políticas para a inclusão com base na dignidade inalienável de cada pessoa. A dignidade humana é o valor supremo que todos devemos partilhar.

A Europa é o maior projeto de prosperidade e paz da História. É essencial garantir e desenvolver este projeto. Saudamos igualmente o *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*,

com o qual os Estados-membro e a Comissão Europeia se comprometeram. Onde quer que tenhamos responsabilidade política na Europa, apoiaremos a implementação do “Pilar Social” na prática, com um forte foco em salários dignos, acesso à proteção social e um bom equilíbrio entre vida profissional e familiar.

Do mesmo modo torna-se importante, por exemplo, expandir os padrões mínimos europeus nas leis laborais ou nas normas de saúde e segurança no trabalho.

IV

SUSTENTABILIDADE DO MODELO ECONÓMICO E O FUTURO DO TRABALHO

1. COMPETITIVIDADE EUROPEIA, GERAÇÃO DE EMPREGO DE QUALIDADE

Independentemente da forte aposta que o pacote “*NextGenerationEU*” faz na digitalização e na economia circular, temos a perfeita noção de que o atual modelo de desenvolvimento não é ambientalmente sustentável e que pende sobre a humanidade o risco de fortes consequências caso não se proteja o ambiente e se aposte na economia verde e circular.

O país e a UE, no seu todo, devem continuar a adotar as estratégias adequadas, efetivas e mensuráveis para contrariar a particular vulnerabilidade geofísica a que se encontra exposto. As alterações climáticas afetam-nos a todos em termos globais e tudo indica que se produzirão efeitos extremos mais graves e frequentes. O investimento público, bem como a política fiscal deverão estar ao serviço desta estratégia na certeza de que se, assim não for, não haverá emprego ou empreendedorismo num planeta sem vida.

Por seu turno, a transição para a descarbonização, a economia circular, bem como para a digitalização e a automatização devem ser justas, sustentáveis e inclusivas não deixando os direitos sociais dos trabalhadores para trás e a adaptação dos locais de trabalho tem de ser acautelada. Estes requisitos devem fazer parte integrante das estratégias a adotar por Portugal.

Torna-se importante, assim, um modelo de desenvolvimento económico, qualitativamente diferente, ecologicamente sustentável, capaz de incentivar e acompanhar a convergência das transições digital e ecológica no nosso País, tendo igualmente na agenda a defesa do trabalho digno, o bem-estar comum e a proteção dos direitos sociais.

A Europa, com os seus valores de prosperidade, equidade, liberdade, paz e democracia, enfrenta um dilema crucial. Para garantir a continuidade destes princípios e o bem-estar dos seus cidadãos, a União Europeia precisa de adaptar-se a um novo contexto económico e geopolítico. O crescimento demográfico, que impulsionou a economia europeia durante décadas, está a abrandar. Para manter o seu nível de vida e garantir um futuro sustentável, a Europa terá de investir massivamente em inovação e produtividade. A digitalização, a transição para uma economia de baixo carbono e o reforço das indústrias de defesa são desafios que exigem um esforço conjunto e

investimentos significativos. Caso a Europa não consiga enfrentar estes desafios, estará a colocar em risco os seus valores fundamentais e a sua capacidade de influenciar os acontecimentos globais. Deve, pois, mobilizar-se para superar o desfasamento tecnológico face aos Estados Unidos e à China, especialmente no campo das tecnologias de informação e comunicação.

Face ao crescente risco de deslocalização enfrentado por muitos setores-chave, existe a necessidade clara de uma estratégia industrial para a Europa. Todavia lamenta-se a falta de coordenação europeia nesse sentido.

Os **TSD** apoiam assim o recém apresentado “Relatório Draghi” e as medidas nele preconizadas com vista à recuperação da competitividade da Europa face a outros blocos económicos, designadamente os Estados Unidos e a China.

2. GLOBALIZAÇÃO E MIGRAÇÕES

A internacionalização da produção, embora tenha impulsionado o crescimento económico em diversas regiões do mundo, também intensificou a competição global, resultando numa precarização das condições de trabalho e erosão dos direitos sociais em muitos países. É imperativo encontrar mecanismos que permitam conciliar os benefícios da globalização com a necessidade de proteger os trabalhadores e promover a justiça social.

Esta internacionalização também contribui para o fluxo migratório contínuo que se vem presenciando. Estas pessoas, apesar de contribuírem fortemente para a criação de riqueza nos países onde se instalam são, paradoxal e frequentemente, vítimas de exploração, xenofobia e afetadas por elevadas taxas de desemprego específicas e por forte insegurança pessoal e familiar.

A regulamentação de políticas de migração, no espírito do “*Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular*”, aprovado por um conjunto significativo de países das Nações Unidas, embora não vinculativo, é fundamental. Urge regular os fluxos para bem de quem necessita de acolhimento e também para quem acolhe de forma a evitar situações de rutura social e aproveitamentos políticos ilegítimos que possam abrir caminho à xenofobia e ao extremismo.

O carácter predominantemente nacional da regulamentação laboral revela-se insuficiente para enfrentar a crescente desregulamentação competitiva entre países e regiões económicas. A consequência desse cenário é a expansão da informalidade, inclusive em economias desenvolvidas, o que contradiz a tendência esperada de progresso social e económico. A ausência de um quadro normativo internacional mais robusto contribui para essa situação, exigindo uma reflexão urgente sobre a necessidade de mecanismos de cooperação global que garantam condições de trabalho

justas e equitativas.

Estas realidades potenciam a falta de qualidade no trabalho e o aumento dos riscos associados ao mesmo através do aumento do *stress* e das doenças profissionais ou das mortes em acidentes laborais.

Por tudo isto não será de estranhar que o respeito pelos direitos fundamentais no trabalho esteja em regressão, apesar dos progressos a que se tinha vindo a assistir. A liberdade e proteção sindicais ainda não são uma realidade para metade dos trabalhadores do mundo e isso reflete-se ao nível do trabalho infantil, do trabalho forçado ou da discriminação sexual, religiosa, étnica ou com base na deficiência.

3. EFEITOS DA DIGITALIZAÇÃO E DA I.A. - VANTAGENS E DESVANTAGENS

A pandemia veio, por força das circunstâncias, forçar a aceleração das formas de trabalho à distância. Assim sendo a digitalização, a robotização do trabalho e a introdução acelerada da IA – Inteligência Artificial têm efeitos imprevisíveis, mormente ao nível das relações de trabalho e os impactos na sociedade e na vida de todos nós estão no centro do debate político, económico e social.

Como em qualquer mudança de paradigma estamos perante desafios e oportunidades, vantagens e desvantagens.

De facto, a contínua, crescente e inevitável digitalização da economia a todos os níveis, constitui um magno desafio para a sociedade. Não somente pela indelével transformação que representa, como sobretudo pela alteração do paradigma laboral. Se tal representa uma melhoria no desempenho da economia e uma profunda integração global, do ponto de vista social, pode ter riscos profundos que importa analisar, perspetivar e mitigar.

A pandemia veio acelerar a implantação de formas de teletrabalho em diversos sectores. Trata-se de exercer a atividade profissional à distância, ou seja, realizada em um local diversos das instalações da empresa recorrendo a Tecnologias de Informação e da Comunicação. De resto, o estado de desenvolvimento tecnológico permite que esta fosse, mesmo antes da pandemia, uma opção viável tanto para empresas e trabalhadores.

Ainda assim convém levar em linha de conta que o teletrabalho tem as suas limitações, não só em função das profissões como também de características de personalidade e de estruturas organizativas empresariais diversificadas.

É do balanço de vantagens e desvantagens que se devem ponderar os sucessivos avanços para esta forma de trabalho. Se, por um lado, permite uma maior flexibilidade

horária permitindo melhor conciliação entre a vida familiar e profissional, maior produtividade ao eliminar a pendularidade quotidiana, não nos poderemos esquecer da importância da relação laboral presencial e da socialização no local de trabalho como pilares da relevância do Trabalho.

É da ponderação destes fatores e da implementação de sistemas híbridos entre o trabalho presencial e à distância que o caminho se deverá percorrer.

4. IMPACTO DAS NOVAS FORMAS DE TRABALHO NO FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

Como as possibilidades de digitalização são inúmeras e progressivas o seu impacto sobre as profissões conhecidas e tradicionais é também grande e potencialmente disruptivo se não for acompanhado de medidas socialmente mitigadoras e respeitadoras dos direitos dos trabalhadores.

De facto, existem inúmeros postos de trabalho suscetíveis de se automatizarem em virtude dos avanços tecnológicos. Tal facto, embora represente um ganho de produtividade, tem como reverso da medalha a circunstância de aumentar o desemprego estrutural.

Um outro impacto não negligenciável é o que se verifica na cobrança da *TSU - Taxa Social Única*. A automatização representa perda de postos de trabalho, as empresas vêm aumentadas as suas receitas e diminuídas as suas despesas com os salários e com as contribuições sociais que seriam necessárias para que a Segurança Social pagasse o subsídio de desemprego de quem foi dispensado. É um forte incentivo à automatização, com vantagens para as empresas, maior comodidade para os utentes, mas uma péssima notícia para a sustentabilidade da Segurança Social.

Importa assim alterar o paradigma de financiamento da Segurança Social bonificando as empresas de mão de obra intensiva em detrimento das de capital intensivo. Estas deverão contribuir mais para minorar os efeitos sociais da automatização e o desemprego tecnológico que, ainda por cima, tende a ser estrutural em função da especialização e das necessidades de formação adequada e pouco compatível com os perfis de determinados trabalhadores.

Esta questão terá de ser seriamente equacionada sob pena de se pôr em risco o sistema baseado sobre um alto nível de emprego em que se baseia a nossa Segurança Social.

Esta situação leva igualmente a que, do ponto de vista da justiça social, questões como o prolongamento da atribuição de subsídio de desemprego ou a atribuição de uma espécie de *renda básica universal* tenham de ser avaliadas sob pena de vermos

aumentada a exclusão.

Importa assim alargar a proteção social aos trabalhadores "atípicos" e responder às necessidades de formação do mercado em permanente atualização

5. PROFISSÕES EM RISCO E NOVOS EMPREGOS

Como em todos os saltos tecnológicos, aplicados ao mercado de trabalho existem profissões em risco e outras novas que serão potenciadas. Parece existir, assim, uma relação muito estreita entre as profissões de rotina intensiva (ou com procedimentos bem definidos) e que podem ser replicados por algoritmos mais ou menos complexos e a desapareção progressiva de muitas das atuais profissões.

Por exemplo, o aumento progressivo da automação das funções de condução de veículos a que se vem assistindo, permite prever que, num prazo não muito longo, um conjunto de profissões relacionadas com o ato de conduzir viaturas possam desaparecer gradualmente e lançar trabalhadores no desemprego ainda que, concomitante e paradoxalmente, este avanço tecnológico possa permitir um aumento exponencial na segurança rodoviária.

No outro lado da equação, as profissões ou atividades que impliquem maior criatividade ou que necessitem de competências em que a rotina não esteja tão marcadamente presente, são suscetíveis de serem mais duradouras e menos ameaçadas pela automação, ainda que os vertiginosos progressos tecnológicos não permitam afirmá-lo de forma taxativa.

A atitude correta não é a de resistir obstinadamente à automação, senão a de enquadrá-la e de fazê-la respeitar normas e princípios norteadores das relações laborais e, acima de tudo, conduzi-la de forma que contribua para que o progresso económico e acréscimo de bem-estar, seja acompanhado de justiça social e respeito pela legislação laboral.

6 . IA - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – NOVO PARADIGMA OU SALTO NO DESCONHECIDO

Nas últimas duas décadas, as nossas sociedades assistiram a um crescimento notável impulsionado pelos avanços nas tecnologias da informação facilitando uma globalização sem precedentes.

O potencial da IA para aumentar a eficiência, como se pode ver através de aplicações como a IA generativa, é promissor. Estes avanços proporcionam aos empresários novas oportunidades para inovar e implementar as suas ideias de negócio. Mas

também suscitam preocupações quanto à deslocação de postos de trabalho, considerações éticas e ameaças à segurança. Tais interrogações exigem uma análise cuidadosa tanto por parte dos criadores como dos utilizadores da IA.

Enquanto seres biológicos, os humanos precisam de tempo para se adaptarem ao ritmo acelerado da IA. Os decisores políticos têm um papel crucial na criação de um amortecedor para esta adaptação, assegurando que a sociedade não fique sobrecarregada. A questão central reside em determinar a necessidade de regulamentar a implantação da IA na sociedade, refletindo os quadros regulamentares estabelecidos para vários bens.

V CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Por todo o exposto os TSD entendem serem valores fundamentais:

- A recuperação da aposta na Concertação Social tendo como base a boa vontade e a independência dos Parceiros Sociais;
- A dinamização da Negociação Coletiva e da liberdade de associação;
- A defesa do *Pilar Europeu dos Direitos Sociais* e o seu Plano de ação tripartido para a promoção da qualidade nas condições e relações laborais;
- A prossecução da Agenda do Trabalho Digno da OIT e da Declaração do Centenário Para o Futuro do Trabalho. Por uma sociedade mais justa e equitativa;
- A Agenda 2030 das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável e em paz
- Assegurar a sustentabilidade e desenvolvimento económico, como forma de obter melhores condições de trabalho.

Assim, os TSD propõem:

- Dinamização dos mecanismos de negociação coletiva – nos setores público e privado - por forma a se acordarem atualizações salariais que levem em conta o aumento do custo de vida por via da inflação;

- A defesa de mais e melhor formação profissional (inicial e contínua);
- O combate ao trabalho precário em todos os setores económicos;
- O combate ao desemprego jovem;
- O combate ao desemprego de longa duração com políticas ativas e passivas mais eficazes para o mercado de trabalho;
- A exigência de políticas propiciadoras da sustentabilidade da Segurança Social e o estudo de novas formas de financiamento com o envolvimento dos trabalhadores e as suas estruturas representativas;
- A dinamização da atividade sindical, promovendo a diferenciação e capacitação dos dirigentes sindicais;
- A valorização das propostas dos Parceiros Sociais na Concertação Social;
- Melhores condições na aposentação e reforma para os mais baixos rendimentos;
- Melhores cuidados de saúde para os trabalhadores e seus familiares;
- Pugnar por medidas que garantam o desenvolvimento, crescimento e competitividade da economia, nomeadamente no seio da Europa que permita o desenvolvimento pessoal e a captação e retenção de talento nas empresas.

Todos deveremos pugnar por melhores condições de trabalho. Deverá ser esse o fim último das políticas económico-sociais.